

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2020 e às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2020

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, de 31 de dezembro de 2020 e a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas aos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão, sem modificações, datados de 30 de março de 2021 e 11 de novembro de 2020, respectivamente.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	174.893	173.690	200.701	201.914
Contas a receber de clientes	8	18.368	4.888	34.530	10.768
Estoques		115	116	979	866
Impostos a recuperar	9	23.710	16.549	31.045	25.518
Adiantamentos a fornecedores	10	1.573	1.428	3.922	4.772
Custos antecipados	11	23.865	-	25.272	-
Outras contas a receber	12	444	10.646	4.358	12.743
Total do ativo circulante		242.968	207.317	300.807	256.581
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Contas a receber de clientes	8	-	20.377	-	23.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	44.971	44.821	50.591	48.942
Depósitos judiciais	21.3)	6.044	5.957	8.450	8.132
Custos antecipados	11	4.011	52.924	4.011	54.472
Partes relacionadas	13	47.142	42.589	8.020	7.469
Total do realizável a longo prazo		102.168	166.668	71.072	142.629
Investimentos em controladas	14.a)	88.102	85.664	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	81.932	81.932	-	-
Imobilizado	15.a)	3.003	5.023	7.402	9.630
Bens de direito de uso	15.d)	8.278	17.069	8.331	17.175
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	104.209	99.519
Outros intangíveis	15.c)	3.809	2.359	5.380	3.715
Total do ativo não circulante		287.292	358.715	196.394	272.668
TOTAL DO ATIVO		530.260	566.032	497.201	529.249

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	11.439	7.217	34.424	22.059
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	23.803	967	23.803	967
Passivo de arrendamento	18	4.993	16.431	5.058	16.516
Salários, provisões e encargos sociais		1.071	1.060	1.720	2.040
Impostos e contribuições a recolher	19	619	843	2.211	2.131
Adiantamentos de clientes	20	126.916	128.573	130.890	134.298
Partes relacionadas	13	40.920	38.462	-	-
Outras obrigações		3.325	3.447	7.732	4.755
Total do passivo circulante		213.086	197.000	205.838	182.766
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	100.000	120.000	100.000	120.000
Passivo de arrendamento	18	6.494	6.933	6.494	6.976
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	9.039	8.566	25.332	27.786
Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	42.943	40.199	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	208	185
Impostos e contribuições a recolher	19	4.425	559	5.322	1.207
Outras obrigações		366	366	366	366
Total do passivo não circulante		163.267	176.623	137.722	156.520
Total do passivo		376.353	373.623	343.560	339.286
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Reservas de capital		235	748	235	748
Reserva de reavaliação	15.b)	209	396	209	396
Prejuízo acumulado		(140.999)	(97.368)	(140.999)	(97.368)
Outros resultados abrangentes		61.105	55.276	61.105	55.276
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(266)	(2.446)
Total do patrimônio líquido		153.907	192.409	153.641	189.963
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		530.260	566.032	497.201	529.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Nota explicativa	Controladora				Consolidado				
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20	
RECEITA LÍQUIDA	24	598	659	2	24.343	5.586	9.843	2.729	37.869
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	25.b)	(2.138)	(4.314)	(6.096)	(30.529)	(5.675)	(12.714)	(11.855)	(47.193)
MARGEM BRUTA		(1.540)	(3.655)	(6.094)	(6.186)	(89)	(2.871)	(9.126)	(9.324)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Vendas	25.a)	1	(274)	(39)	(495)	(137)	(617)	(168)	(768)
Gerais e administrativas	25.a)	(12.410)	(23.149)	(6.185)	(22.691)	(13.832)	(28.759)	(8.978)	(31.624)
Remuneração dos administradores	13.2 e 25.a)	(1.786)	(4.520)	(2.081)	(5.811)	(2.013)	(5.164)	(2.391)	(6.732)
Equivalência patrimonial	14	3.168	(5.357)	(9.501)	(20.354)	-	-	-	-
Outras, líquidas	28	(6.242)	(6.237)	12.972	11.648	(6.679)	(8.673)	12.421	8.874
PREJUÍZO OPERACIONAL		(18.809)	(43.192)	(10.928)	(43.889)	(22.750)	(46.084)	(8.242)	(39.574)
RESULTADO FINANCEIRO									
Despesas financeiras	27	(3.905)	(11.005)	(2.840)	(10.130)	(4.076)	(11.622)	(3.234)	(11.269)
Receitas financeiras	27	1.291	4.051	1.170	3.553	1.182	3.730	1.222	3.924
Variação cambial e monetária, líquida	27	2.898	6.178	(6)	(1.473)	6.608	7.559	(2.912)	(6.066)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(18.525)	(43.968)	(12.604)	(51.939)	(19.036)	(46.417)	(13.166)	(52.985)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes		-	-	-	-	(74)	(396)	(42)	(730)
Diferidos	29.b)	10	150	46	108	387	1.981	171	947
PREJUÍZO DO PERÍODO		(18.515)	(43.818)	(12.558)	(51.831)	(18.723)	(44.832)	(13.037)	(52.768)
ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						(18.515)	(43.818)	(12.558)	(51.831)
Acionistas não controladores						(208)	(1.014)	(479)	(937)
						(18.723)	(44.832)	(13.037)	(52.768)
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$						(0,27465)	(0,65000)	(0,18640)	(0,76935)
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$						(0,27465)	(0,65000)	(0,18612)	(0,76819)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE SETEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 30/09/20	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 30/09/20
PREJUÍZO DO PERÍODO	(18.515)	(43.818)	(12.558)	(51.831)	(18.723)	(44.832)	(13.037)	(52.768)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:								
Variação cambial na conversão de operações no exterior	4.013	5.829	5.431	24.914	4.013	5.829	5.431	24.914
Total do resultado abrangente do período	(14.502)	(37.989)	(7.127)	(26.917)	(14.710)	(39.003)	(7.606)	(27.854)
Total do resultado abrangente do período atribuível a:								
Acionistas controladores					(14.502)	(37.989)	(7.127)	(26.917)
Acionistas não controladores					(208)	(1.014)	(479)	(937)
	(14.710)	(39.003)	(7.606)	(27.854)	(14.710)	(39.003)	(7.606)	(27.854)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de Lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros / Prejuízos acumulados	Prejuízo do período					Ações em Tesouraria
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	584	10.992	-	-	(2.131)	35.447	277.467	(843)	276.624
Pagamentos baseado em ações	-	-	(468)	-	-	-	-	273	-	-	(195)	-	(195)
Cancelamento das ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	68	-	-	68	-	68
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(147)	-	147	-	-	-	-	-	-
Venda de controlada	-	-	-	3.788	-	-	-	-	-	-	3.788	-	3.788
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(51.831)	-	-	-	(51.831)	(937)	(52.768)
Outros resultados abrangentes -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.914	24.914	(397)	24.517
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.914	24.914	(397)	24.517
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	(51.831)	-	-	24.914	(26.917)	(1.334)	(28.251)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	243.022	(9.665)	793	1.745	437	10.992	147	(51.831)	(1.790)	60.361	254.211	(2.177)	252.034
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	243.022	(9.665)	748	-	396	-	(97.368)	-	-	55.276	192.409	(2.446)	189.963
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(187)	-	187	-	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	-	-	-	(513)	-	-	-	-	-	-	(513)	-	(513)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(43.818)	-	-	-	(43.818)	(1.014)	(44.832)
Outros resultados abrangentes -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.829	5.829	3.194	9.023
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.829	5.829	3.194	9.023
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	243.022	(9.665)	748	(513)	209	-	(97.181)	(43.818)	-	61.105	153.907	(266)	153.641

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo		(43.818)	(51.831)	(44.832)	(52.768)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	5.357	20.354	-	-
Depreciação e amortização	25.b)	4.386	11.449	5.832	15.927
Ganho ou perda com investimentos		-	(15.290)	-	(15.290)
Custo residual de ativos imobilizado e intangível baixados		(3.690)	516	(3.690)	725
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(150)	(108)	(1.981)	(947)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		752	731	(8.246)	1.889
Pagamentos baseados em ações		-	(127)	-	(127)
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhis	21	4.037	4.395	9.632	8.445
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25.a)	(135)	384	(135)	343
Efeito de economias hiperinflacionárias		-	-	2.944	3.929
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		7.069	40.157	178	38.264
Estoques		1	198	(144)	249
Impostos a recuperar		(7.041)	(4.421)	(5.878)	(5.195)
Adiantamentos a fornecedores		(123)	933	826	52
Outras contas a receber		2.560	(93)	697	1.215
Depósitos judiciais		(87)	1.081	(339)	1.772
Custos antecipados		25.212	(24.971)	25.189	(25.334)
Fornecedores		4.218	(5.475)	12.514	(6.678)
Impostos e contribuições a recolher		3.815	(1.181)	4.533	(2.010)
Salários, provisões e encargos sociais		11	(2.744)	(247)	(2.642)
Adiantamentos de clientes		(2.394)	29.740	(3.400)	30.222
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	21.4)	(3.925)	(2.087)	(12.400)	(3.207)
Outras obrigações		(124)	(2.610)	3.096	(4.557)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4.069)	(1.000)	(15.851)	(15.723)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	(2.110)	-	(2.110)
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(2.080)	(276)	(2.671)	(1.775)
Aquisição de investimento		-	(3.310)	-	-
Adição de ativo imobilizado pela aquisição de controlada		-	-	-	(133)
Caixa gerado por incorporação de controladas		663	-	-	-
Venda de investimento na controlada Vicar		7.642	12.695	7.642	12.695
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		6.225	6.999	4.971	8.677
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Partes relacionadas		(2.521)	4.240	(903)	280
Pagamento de debêntures - juros		(3.192)	(3.408)	(3.192)	(3.408)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	18	(1.866)	(6.016)	(1.934)	(7.256)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos		(7.579)	(5.184)	(6.029)	(10.384)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		6.626	5.390	9.115	5.390
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		-	-	6.581	14.136
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.203	6.205	(1.213)	2.096
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período		173.690	154.740	201.914	204.649
No final do período		174.893	160.945	200.701	206.745
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		1.203	6.205	(1.213)	2.096

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	30/09/20	30/09/21	30/09/20
RECEITAS				
De serviços e produtos	748	27.896	10.521	42.498
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	135	(384)	135	(343)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(3.457)	(17.615)	(9.444)	(28.627)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.423)	(21.230)	(27.475)	(31.313)
Perda de valores ativos	(1.441)	(297)	(1.443)	(320)
Ganho a alienação de investimento	-	15.290	-	15.290
VALOR ADICIONADO BRUTO	(28.438)	3.660	(27.706)	(2.815)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.386)	(11.449)	(5.832)	(15.927)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(32.824)	(7.789)	(33.538)	(18.742)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9.765	(16.932)	12.835	(2.803)
Receitas financeiras e variação cambial	10.229	2.080	11.289	(4.319)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.357)	(20.354)	-	-
Outras receitas	4.893	1.342	1.546	1.516
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(23.059)	(24.721)	(20.703)	(21.545)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	7.875	11.446	10.897	14.936
Remuneração direta	6.175	8.967	9.050	12.143
Benefícios	1.319	1.856	1.431	2.107
FGTS	381	623	416	686
Impostos, taxas e contribuições	1.579	5.608	861	6.410
Federais	1.488	4.563	465	4.932
Estaduais	-	-	192	281
Municipais	91	1.045	204	1.197
Remuneração de capitais de terceiros	11.305	10.056	12.371	9.877
Juros	11.003	9.945	11.622	8.906
Aluguéis	302	111	333	360
Outras	-	-	416	611
Remuneração de capital próprio	(43.818)	(51.831)	(44.832)	(52.768)
Dividendos	-	-	-	-
Prejuízo do período	(43.818)	(51.831)	(43.818)	(51.831)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(1.014)	(937)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(23.059)	(24.721)	(20.703)	(21.545)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRES E PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Contexto operacional

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

b) Principais eventos ocorridos em 2021

i) Encerramento do contrato de locação da casa de espetáculo de São Paulo

Em março de 2021, a Companhia devolveu a casa de espetáculos de São Paulo, o contrato de locação da casa representava nosso principal custo fixo e, tendo em vista o reajuste pela aplicação integral do IGPM do período no início deste ano, o valor atualizado de aluguel passou a pressionar ainda mais a rentabilidade desta linha de negócio. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que manteremos nossas operações em todas estas geografias, agora num modelo asset light. Com isso, focaremos esforços no fortalecimento do nosso portfólio de conteúdos, destacadamente na linha de festivais e intensificando nossa presença na área de tickets.

Em decorrência desta devolução os seguintes eventos foram registrados no período:

- Baixa de ativo imobilizado não depreciado associado a casa de espetáculos em São Paulo de R\$ 1.5 milhões.
- Extinção do contrato de arrendamento mercantil e baixa de todos os efeitos por ele produzidos, com ganho no resultado de R\$5.065 milhões registrado nas rubricas custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, com contrapartida no ativo em de R\$ 10.142 registrado na rubrica bens e direitos de uso (nota explicativa nº 15.d) e no passivo de R\$15.207 registrados na rubrica passivo de arrendamento (nota explicativa nº 18).
- Baixa de contas a receber e adiantamento de clientes em virtude do cancelamento de contratos relacionados a casa de espetáculos.

ii) Retomada das operações

Com o avanço da vacinação entre adultos e a flexibilização das restrições, houve nesse trimestre a retomada das operações de teatro e conseqüentemente a abertura das operações com retorno de faturamento em receitas com alimentos e bebidas e receita na venda de ingressos.

iii) Incorporação de controlada

Em setembro de 2021, a Companhia optou pela incorporação da PLF Eventos S.A, alinhada com a estratégia de simplificar a estrutura societária da Companhia e com o objetivo de aumentar a eficiência administrativa. Por se tratar de empresa 100% controlada não produziu efeitos no Consolidado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em decorrência desta incorporação os seguintes eventos foram registrados no período:

	Controladora
	30/09/21
Caixa e equivalentes de caixa	662
Contas a receber de clientes	37
Impostos a recuperar	120
Adiantamentos a fornecedores	22
Total do ativo circulante	841
Custos antecipados - LP	164
Investimentos em controladas	(778)
Imobilizado	4
Total do ativo não circulante	(610)
TOTAL DO ATIVO	231
Fornecedores	4
Impostos e contribuições a recolher	1
Adiantamentos de clientes	737
Outras obrigações	2
Total do passivo circulante	744
Patrimônio líquido	(513)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	231

iv) COVID-19

O setor de entretenimento no Brasil já começa a vivenciar os resultados positivos da vacinação contra a COVID-19. Por todo país, eventos de música e produções de teatro já estão acontecendo e sendo anunciadas para os próximos meses. Estamos cada vez mais próximos de proporcionar ao nosso público, o reencontro com os artistas favoritos para celebrarmos a vida através da música, da arte e do espetáculo.

Seguimos acompanhando de perto os acontecimentos das últimas semanas que refletem positivamente no nosso negócio, reforçando as nossas perspectivas para os próximos meses. O primeiro deles, o Decreto Municipal n. 60.681, de 27 de outubro de 2021, retira o distanciamento social mínimo em teatros, cinemas e bares e casas de shows na cidade de São Paulo. Essa ação possibilita que esses estabelecimentos operem com capacidade total, ainda mantendo a obrigatoriedade do uso de máscaras e a apresentação de comprovante de vacinação. Em outros municípios do país, as restrições impostas para a conter a pandemia estão sendo reduzidas de acordo com o aumento da imunização da população e redução do número de casos.

Durante os últimos meses de pandemia, a Companhia atuou diligente e tempestivamente com o intuito de implementar uma série de iniciativas de redução de gastos e preservação de caixa para tentar mitigar os efeitos da Covid-19 sobre suas operações. Dentre as diversas iniciativas implementadas, citamos a reestruturação do nosso quadro de colaboradores, a renegociação de escopo, valores e prazos de pagamento de fornecedores, o alongamento do perfil de nossa dívida, além da redução dos custos fixos com o encerramento do contrato de aluguel das casas de espetáculos.

Em março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.036/21 que alterou a redação de alguns dispositivos da Lei 14.046/20, criada para minimizar os impactos da pandemia COVID-19 sobre os setores de cultura e turismo. A Lei abrange shows e eventos que forem adiados ou cancelados até dezembro de 2021, sendo certo que os créditos concedidos aos consumidores poderão ser utilizados até 31 de dezembro de 2022.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Nesse sentido, os principais efeitos contábeis advindos desta situação são:

- As receitas só estão sendo apropriadas ao resultado quando da realização da contrapartida associada ao evento. Na impossibilidade de realização desta, nenhuma receita está sendo apropriada ao resultado da Companhia;
- Os valores recebidos antecipadamente de nossos patrocinadores bem como a receita com a venda antecipada de ingressos estão contabilizados como adiantamento de clientes. Mesmo diante do cancelamento de alguns eventos, tais valores são mantidos na rubrica “adiantamento de clientes”, uma vez que os mesmos são convertidos em créditos para utilização em eventos futuramente promovidos pela Companhia, conforme Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020.
- Os gastos incorridos referentes aos eventos futuros são classificados como custo antecipado;
- Reconhecimento no resultado de custos antecipados relativos a eventos cancelados. Para os gastos com cachês (maior parte do número registrado nesta rubrica), não há impacto no resultado da Companhia pois os contratos preveem a devolução dos montantes antecipados em caso de não realização do evento. Analogamente, os impostos eventualmente recolhidos são passíveis de restituição;
- A Companhia também optou por uma postura mais conservadora no registro de ativo para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal. Além de não aumentar face os resultados registrados, optou-se por realizar uma redução do referido valor registrado ao final de 2020 mantendo-se registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos, dado o cenário de incerteza quanto a extensão da pandemia no país e, conseqüentemente, a obtenção de autorização legal para voltarmos a operar. É importante lembrar que mesmo a parcela de crédito ora baixada não sofre prescrição.

Por fim, a Administração avalia que apesar das grandes incertezas e reflexos causados pela pandemia, a Companhia possui condições de manter suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os compromissos firmados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As informações financeiras trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

b) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir.

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15.a). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15.c). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".
- iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos contábeis de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2021 e em dezembro de 2020, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 7), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado o seu valor justo com base no modelo “Monte Carlo” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3.I.). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As seguintes alterações e revisões de normas já existentes e que cuja data de vigência é 1º de janeiro de 2022 foram emitidas pelo IASB, mas além de não terem sido homologadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que até o momento não identificamos impactos futuros para a Companhia:

Norma - Descrição da alteração IAS 37 - Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato de venda ou prestação de serviços é oneroso. Se um contrato puder ser finalizado sem o pagamento de uma multa, ou penalidade, o contrato não é oneroso. Um contrato com termos não favoráveis para a Companhia não é necessariamente um contrato oneroso e um contrato que não está desempenhando tão bem quanto esperado, ou possível, não é um contrato oneroso – a não ser que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato”.

IAS 16 - Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas Demonstrações Financeiras intermediárias e condensadas de 31 de março de 2021 que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia até o presente momento.

Adicionalmente, em dezembro de 2020 o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, aprovada pela Resolução CVM nº 14 de 9 de dezembro de 2020. A data de vigência dessa Orientação é 1º de janeiro de 2021 e o objetivo da mesma visa a melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais stakeholders, bem como a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, tornando-a uma referência como metodologia de integração financeira com a não financeira. A Companhia estará estudando esse assunto mais adiante para fins de environmental, social and governance - ambiental, social e governança” (“ESG”).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

6. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	30/09/21	31/12/20		30/09/21	31/12/20
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
PLF Eventos S.A. ⁽ⁱ⁾	-	97,65			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			

⁽ⁱ⁾ Em 30 de setembro de 2021 a controlada PLF Eventos S.A. foi incorporada pela controladora.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos das controladas diretas em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro 2020 e a receita líquida dos períodos findos em 30 de setembro de 2021 e de 2020:

Controladas:	30/09/21			31/12/20		30/09/20
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	170	2.105	-	174	2.053	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	2.806	29.796	-	3.096	30.060	379
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.386	419	121	2.256	210	-
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	92.035	22.476	5.551	82.267	17.239	4.378
T4F USA Inc.	4.599	1	-	4.349	1	-
Ticket Co. SpA	15.900	6.919	309	16.498	6.699	1.131
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	-	-	-	-	2.209
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.124	12.775	-	7.353	12.068	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	2	1.562	-	2	1.531	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	9.000	18.068	1.204	6.952	13.952	4.493
PLF Eventos S.A.	-	-	-	1.074	830	576
IT.ART Tecnologia Ltda.	13.749	8.756	2.585	6.811	3.170	332

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), T4F Chile S.A. (0,0005%) e Promaser S.A (100%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- IT.Art Tecnologia S.A (“INTI”) - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

7 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Caixa e bancos (c)	3.113	2.443	9.530	4.627
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	67.333	92.689	83.574	115.355
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	43.587	41.018	44.766	42.207
Operação compromissada - DI (b)	764	991	2.735	3.176
Depósito a prazo (e)	60.096	36.549	60.096	36.549
Total	174.893	173.690	200.701	201.914

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Créditos Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 95% a 105,5% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação em moeda estrangeira de liquidez imediata com rendimento a taxa média ponderada de 0,60% ao ano sem prejuízo de resgate.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Cientes faturados ⁽ⁱ⁾	6.271	12.169	14.577	23.836
Bilheteria ⁽ⁱⁱ⁾	2.342	27	15.577	3.033
Patrocínios a faturar	10.327	13.774	11.660	15.122
Total das contas a receber	18.940	25.970	41.814	41.991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(572)	(705)	(7.284)	(7.609)
Total	18.368	25.265	34.530	34.382
Circulante	18.368	4.888	34.530	10.768
Não Circulante	-	20.377	-	23.614

⁽ⁱ⁾ Baixa de contas a receber e adiantamento de clientes em virtude do cancelamento de contratos relacionados a casa de espetáculos.

⁽ⁱⁱ⁾ Valores a receber de venda de ingressos pela retomada das operações no teatro.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
A vencer:	17.826	25.265	19.735	26.694
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	9.464	4.680
De 31 a 60 dias	-	-	3.744	1.541
De 61 a 90 dias	27	-	1.072	1.467
De 91 a 180 dias	515	-	540	24
Há mais de 180 dias	572	705	7.259	7.585
Total das contas a receber	18.940	25.970	41.814	41.991

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	705	7.609
(+) Adições	2	387
(-) Reversões e baixas	(135)	(712)
Saldos em 30 de setembro de 2021	572	7.284

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
IRPJ/CSLL - antecipações	34	-	74	57
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.441	7.873	9.952	10.849
Programa de Integração Social - PIS	597	625	670	699
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.612	2.800	2.937	3.131
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.623	4.853
Imposto sobre faturamento	-	-	273	310
Impostos federais a recuperar ⁽ⁱ⁾	12.026	5.251	12.516	5.619
Total	23.710	16.549	31.045	25.518

⁽ⁱ⁾ Refere-se substancialmente a impostos sobre pagamento de cachês.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	1.549	1.426	3.843	4.698
Outros	24	2	79	74
Total	1.573	1.428	3.922	4.772

⁽ⁱ⁾ Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Eventos, shows e espetáculos contratados ⁽ⁱ⁾	26.642	51.765	27.024	52.795
Outros	1.234	1.159	2.259	1.677
Total	27.876	52.924	29.283	54.472
Circulante	23.865	-	25.272	-
Não Circulante ⁽ⁱⁱ⁾	4.011	52.924	4.011	54.472

⁽ⁱ⁾ A redução ocorreu pela devolução de pagamento de cachês antecipados de shows cancelados.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a pagamentos contratuais antecipados para eventos a serem realizados a partir de 2022.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/21	31/12/20
Bilheteria a receber de terceiros ⁽ⁱ⁾	2.200	419
Reembolso de Contingências ⁽ⁱⁱ⁾	376	1.090
Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.782	11.234
	4.358	12.743

(i) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(ii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 21) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

(iii) No terceiro trimestre de 2021 houve recebimento da ultima parcela da venda da Vicar, o saldo remanescente refere-se a garantias bancárias a receber na Ticket Co.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:	Categoria	30/09/21			31/12/20		30/09/20
		Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	-	-	-	-	33	-
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	7.483	-	531	6.952	-	279
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	27.169	-	-	24.465	-	(156)
T4F Chile S.A.	Controlada indireta	-	35.080	(1.839)	-	32.909	(10.577)
Promaser S.A.	Controlada indireta	331	-	-	-	-	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada	4.761	-	-	4.481	-	1.487
T4F Inversiones S.A.	Controlada	-	1.343	280	-	1.283	(398)
T4F USA Inc.	Controlada	-	4.496	(60)	-	4.237	(1.364)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	-	-	(259)	-	-	434
T4F Peru Entretenimientos S.A.	Controlada	7.398	-	-	6.691	-	2.373
PLF Eventos S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	(193)
IT.ART Tecnologia Ltda.	Controlada	-	1	-	-	-	-
Total		47.142	40.920	(1.347)	42.589	38.462	(8.115)

Consolidado:	Categoria	30/09/21		31/12/20		30/09/20
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	7.848	531	7.469	-	279
Outras partes relacionadas		172	-	-	-	-
Total		8.020	531	7.469	-	279

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/09/21			30/09/20			Total
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	
Remuneração fixa							
Conselho de Administração	486	-	486	308	-	-	308
Conselho Fiscal	-	-	-	180	-	-	180
Diretores estatutários	3.459	575	4.034	3.460	55	770	4.285
Partes relacionadas	-	-	-	1.038	-	-	1.038
Total	3.945	575	4.520	4.986	55	770	5.811

Consolidado	30/09/21			30/09/20			Total
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	
Remuneração fixa							
Conselho de Administração	486	-	486	308	-	-	308
Conselho Fiscal	-	-	-	180	-	-	180
Diretores estatutários	4.103	575	4.678	3.935	55	770	4.760
Partes relacionadas	-	-	-	1.484	-	-	1.484
Total	4.589	575	5.164	5.907	55	770	6.732

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de setembro de 2021

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.935)	(56)	99,99	(56)	(1.935)	-
PLF Eventos S.A.	-	21	97,65	21	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.990)	(26)	99,99	(26)	(26.990)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(9.068)	(623)	98,29	(623)	(9.068)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	1.967	(79)	99,99	(79)	-	1.967
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	69.559	(2.870)	100,00	(2.870)	-	69.559
T4F USA Inc.	4.598	46	100,00	46	-	4.598
Ticket Co. SpA.	8.981	(80)	100,00	(80)	-	8.981
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(5.651)	(1.386)	60,00	(832)	(3.390)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.560)	(168)	100,00	(168)	(1.560)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.993	(1.148)	60,00	(690)	-	2.997
Total				(5.357)	(42.943)	88.102

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a.2) 31 de dezembro de 2020

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.879)	(656)	99,99	(656)	(1.879)	-
PLF Eventos S.A.	244	25	97,65	(14)	-	758
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.964)	(10.582)	99,99	(10.581)	(26.964)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(7.000)	(752)	98,29	(752)	(7.000)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.046	(347)	99,99	(347)	-	2.046
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	65.028	(5.565)	100,00	(5.565)	-	65.028
T4F USA Inc.	4.348	77	100,00	77	-	4.348
Ticket Co. SpA.	9.799	(2.264)	100,00	(2.264)	-	9.799
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(4.714)	(1.046)	60,00	(628)	(2.827)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.529)	(206)	100,00	(206)	(1.529)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	(2.723)	85,00	(2.316)	-	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	3.641	(210)	60,00	(126)	-	3.685
Total				(23.378)	(40.199)	85.664

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de setembro de 2021 e de 2020.

	Controladora 30/09/21	Controladora 30/09/20
Saldo inicial do investimento líquido	45.465	60.681
Equivalência patrimonial	(5.357)	(20.354)
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	5.829	24.911
Reclassificação para outros intangíveis	-	(1.941)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(63)
Baixa por incorporação de controlada	(778)	-
Baixa pela alienação de investimento	-	3.310
Aumento de capital em controlada	-	(3.073)
Saldo final do investimento líquido	45.159	63.471
Provisão para perdas em investimentos em controladas	42.943	39.463
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	88.102	102.934

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Metropolitan Empreendimentos S.A. (i)	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável (i)	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(ii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (ii)	(26.017)	(26.017)	(26.017)	(26.017)
PLF Eventos S.A.	999	999	999	999
Empresas adquiridas na Argentina (iii)	-	-	22.277	17.587
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	81.932	81.932	104.209	99.519

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 17.268, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, o principal fator que resultou no reconhecimento do "impairment" foi a descontinuidade da casa de espetáculos, e a falta de perspectiva de retomada das operações devido a COVID 19.

(ii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os principais fatores que resultaram no reconhecimento do impairment são: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment" foi identificado uma nova provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 6.015, devido ao impacto sofrido em nossas operações com a pandemia da COVID-19.

(iii) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

15. IMOBILIZADO, OUTROS INTANGÍVEIS E BENS DE DIREITO DE USO

a) Imobilizado

i) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	1.866	66
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	23.945	76.441	48.704	94.968
Móveis e utensílios	2.629	3.455	4.692	5.561
Máquinas e equipamentos	6.504	10.801	7.562	13.574
Equipamentos de processamento de dados	5.309	5.527	10.412	10.691
Estruturas	9.558	9.604	9.565	9.623
Veículos	746	746	746	746
Imobilizado em andamento	83	-	83	-
Total	48.774	106.574	83.630	135.229

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(23.541)	(75.112)	(46.410)	(89.986)
Móveis e utensílios	6	(2.121)	(2.891)	(4.111)	(4.882)
Máquinas e equipamentos	13	(5.127)	(8.602)	(5.932)	(11.006)
Equipamentos de processamento de dados	20	(4.920)	(5.011)	(9.708)	(9.771)
Estruturas	15	(9.360)	(9.299)	(9.365)	(9.318)
Veículos	20	(702)	(636)	(702)	(636)
Total		(45.771)	(101.551)	(76.228)	(125.599)
Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	1.866	66
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		404	1.329	2.294	4.982
Móveis e utensílios		508	564	581	679
Máquinas e equipamentos		1.377	2.199	1.630	2.568
Equipamentos de processamento de dados		389	516	704	920
Estruturas		198	305	200	305
Veículos		44	110	44	110
Imobilizado em andamento		83	-	83	-
Total		3.003	5.023	7.402	9.630

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

ii) Mutaç o do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Saldo inicial	5.023	7.535	9.630	14.070
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	258	138	273	308
Móveis e utensílios	77	85	77	148
Máquinas e equipamentos	36	41	101	310
Equipamentos de processamento de dados	8	7	8	321
Estruturas	-	8	-	8
Imobilizado em andamento	83	-	83	-
Total de adições	462	279	542	1.095
Inclusão pela incorporação de controlada	4	-	-	-
Baixas líquidas	(1.549)	(520)	(1.550)	(2.444)
Depreciação	(937)	(2.271)	(1.309)	(3.961)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	89	870
Total	(2.482)	(2.791)	(2.770)	(5.535)
Saldo final	3.003	5.023	7.402	9.630

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Imobilizado reavaliado

i) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:	30/09/21		31/12/20	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	254	(237)	17	28
Máquinas e equipamentos	789	(524)	265	529
Equipamentos de processamento de dados	138	(105)	33	40
Equipamentos Aurolights - incorporação	67	(67)	-	2
	9.287	(8.972)	315	599
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(106)	(203)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			209	396

Consolidado:	30/09/21		31/12/20	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-	-
Móveis e utensílios	254	(237)	17	28
Máquinas e equipamentos	789	(524)	265	529
Equipamentos de processamento de dados	138	(105)	33	40
Equipamentos Aurolights - incorporação	67	(67)	-	2
	9.287	(8.972)	315	599
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(106)	(203)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			209	396

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

c) Outros intangíveis

i) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Custo	-				
Marcas, Direitos e patentes		1.640	1.640	4.989	4.264
Software		8.147	7.195	10.701	9.581
Outros Intangíveis		5.101	5.101	5.101	5.101
Intangível em andamento		669	-	669	-
Amortização	20				
Marcas, Direitos e patentes		-	-	(1.988)	(1.648)
Software		(6.870)	(6.724)	(9.214)	(8.730)
Outros Intangíveis		(4.878)	(4.853)	(4.878)	(4.853)
Total		3.809	2.359	5.380	3.715

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ii) Muta o do intang vel

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Saldo inicial	2.359	678	3.715	3.380
Adi�es:				
Software	953	453	1.543	529
Marcas e patentes	-	-	-	827
Intangível em andamento	669	-	669	-
Total de adi�es	3.981	1.131	5.927	4.736
Amortiza�o ⁽¹⁾	(172)	(713)	(408)	(1.125)
Baixas líquidas e efeitos de varia�o cambial e monetária	-	-	(139)	104
Reclassifica�o ⁽²⁾	-	1.941	-	-
	(172)	1.228	(547)	(1.021)
Saldo final	3.809	2.359	5.380	3.715

⁽¹⁾ A amortiza o   contabilizada como custo dos servi os prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa n  25.b).

⁽²⁾ Reclassifica o entre as rubricas de investimentos em controladas e outros intang veis.

d) Bens de direito de uso

i) Composi o dos bens de direito de uso

Representa substancialmente os contratos de loca o das casas de espet culos, conforme segue:

	Taxa média anual de deprecia�o e amortiza�o - %	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Custo		12.436	35.135	12.648	35.347
Amortiza�o	40	(4.158)	(18.066)	(4.317)	(18.172)
Total		8.278	17.069	8.331	17.175

ii) Muta o dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Saldo inicial	17.069	20.338	17.175	33.753
Adi�es	3.264	7.241	3.264	7.383
Remensura�o ⁽ⁱ⁾	1.364	1.247	1.364	1.942
Amortiza�o	(3.277)	(11.757)	(3.330)	(14.733)
Baixas líquidas ⁽ⁱⁱ⁾	(10.142)	-	(10.142)	(11.170)
Saldo final	8.278	17.069	8.331	17.175

⁽ⁱ⁾ Refere-se a atualiza o anual dos contratos de aluguel das casas de espet culos.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a descontinuidade da loca o fixa da casa de espet culo de S o Paulo.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Fornecedores nacionais (i)	11.439	7.217	33.879	21.723
Fornecedores estrangeiros	-	-	545	336
Total	11.439	7.217	34.424	22.059

(i) Refere-se a valores a repassar pela venda de bilheteria de terceiros no Teatro Renault.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Controladora		Consolidado	
		30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Debêntures (a)	CDI + 3,36%	123.803	120.967	123.803	120.967
Parcela do passivo circulante		23.803	967	23.803	967
Parcela do passivo não circulante		100.000	120.000	100.000	120.000

Os vencimentos das parcelas do passivo não circulante têm a seguinte distribuição, R\$ 20.000 em 2022, R\$ 40.000 em 2023 e R\$ 40.000 em 2024.

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Em 17 de dezembro de 2020 foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2022.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,36% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Passivo de arrendamento	CDI + 1,8800%	2024	11.487	23.364	11.552	23.492
Parcela do passivo circulante			4.993	16.431	5.058	16.516
Parcela do passivo não circulante			6.494	6.933	6.494	6.976

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	23.364	23.492
Juros do período	568	574
Adição por novos contratos	3.264	3.264
Contraprestação paga	(1.866)	(1.934)
Ajuste por remensuração ⁽¹⁾	1.364	1.364
Cancelamento de contrato ⁽²⁾	(15.207)	(15.208)
Saldo final em 30 de setembro de 2021	11.487	11.552

⁽¹⁾ Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

⁽²⁾ Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo em São Paulo.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 30 de setembro de 2021:

Vencimento das prestações	Controladora	Consolidado
2021	3.174	3.196
2022	3.184	3.229
2023	3.184	3.184
2024	1.835	1.835
2025	890	890
2026	371	371
Valores não descontados	12.638	12.705
Juros embutidos	(1.151)	(1.153)
Saldo do passivo de arrendamento em 30 de setembro de 2021	11.487	11.552

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Contraprestação do arrendamento	12.638	11.487
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.169	1.063

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
COFINS a recolher	12	12	42	18
PIS a recolher	3	3	9	4
Imposto Sobre Serviços - ISS	320	550	341	562
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.193	955
Parcelamento de imposto sobre importação (e)	166	-	166	-
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	73	239	91	239
Imposto sobre faturamento	-	-	1	1
IVA - imposto de valor agregado	-	-	134	78
ICMS a recolher - faturamento	-	-	18	-
INSS de terceiros a recolher	11	18	11	18
Outros	34	21	95	107
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	110	149
Passivo circulante	619	843	2.211	2.131
Parcelamento de ISS (b)	360	404	360	404
Parcelamento de imposto sobre importação (e)	4.065	-	4.065	-
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a)	-	155	151	155
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	746	648
Passivo não circulante	4.425	559	5.322	1.207

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$ 5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de setembro de 2021, não possui saldo remanescente (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2020). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, e homologado pela Receita Federal do Brasil no segundo semestre de 2019.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de setembro de 2021 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$ 433 (R\$ 643 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Em 30 de setembro de 2021 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 44 meses).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(d) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19. A adesão à negociação foi concretizada em 03 de agosto de 2021, para pagamento do débito de R\$ 4,2 milhões em 145 meses, sendo que o valor das parcelas será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC apurada mensalmente.

20. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Contratos de “naming rights”	-	4.074	-	4.074
Patrocínios (a.1)	20.582	18.505	24.556	23.474
Eventos privados (a.2)	4.815	4.607	4.816	5.362
Vendas antecipadas de ingressos (b)	101.519	101.387	101.518	101.388
Total	126.916	128.573	130.890	134.298

(a) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(a.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

(a.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(b) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Trabalhistas	5.086	3.974	7.933	8.787
Cíveis	3.953	4.592	6.317	6.979
Tributários	-	-	11.082	12.020
Total	9.039	8.566	25.332	27.786
Não circulante	9.039	8.566	25.332	27.786

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) autuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de R\$ 40.000, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações autuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente o início da execução pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 11.125, e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 7.905, para 30 de setembro de 2021.

21.1) Provisões tributárias

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 193.732 (R\$ 203.297 em 31 de dezembro de 2020).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de setembro de 2021, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 72.527 (R\$ 64.596 em 31 de dezembro de 2020).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2021, o valor estimado do processo é R\$ 13.290 (R\$ 13.184 em 31 de dezembro de 2020).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2021, o valor envolvido era de R\$ 5.745 (R\$ 5.697 em 31 de dezembro de 2020).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de setembro de 2021, o valor atualizado dos dois processos é de R\$ 13.023 (R\$ 12.906 em 31 de dezembro de 2020).

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de setembro de 2021, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 2.896 (R\$ 2.867 em 31 de dezembro de 2020).

f) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). A Companhia afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL. Em 30 de setembro de 2021, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 62.265 (R\$ 83.145 em 31 de dezembro de 2020).

21.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 11.110 (R\$ 9.742 em 31 de dezembro de 2020).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 59.360 (R\$ 57.575 em 31 de dezembro de 2020).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de setembro de 2021 é de aproximadamente R\$ 4.386 (R\$ 3.438 em 31 de dezembro de 2020) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.484 (R\$ 1.329 em 31 de dezembro de 2020), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de setembro de 2021, o valor em discussão é de R\$ 2.315 (R\$ 2.063 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

e) A Companhia figura no polo passivo de Ação de Cobrança movida pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), em que pleiteia os custos operacionais dispendidos para a operacionalização e minoração dos impactos do tráfego de 74 grandes eventos realizados pela Companhia entre 2006 e 2016. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pela Companhia. O valor estimado em 30 de setembro de 2021 é de aproximadamente R\$ 18.921 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de setembro de 2021, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 6.044 e R\$ 8.450 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 5.957 e R\$ 8.132 em 31 de dezembro de 2020).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/21
Trabalhistas	3.974	1.162	(224)	174	5.086
Cíveis	4.592	2.875	(3.701)	187	3.953
Total	8.566	4.037	(3.925)	361	9.039

Consolidado	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/09/21
Trabalhistas	8.787	3.294	(5.192)	1.073	(29)	7.933
Cíveis	6.979	3.053	(3.923)	243	(35)	6.317
Tributário	12.020	3.285	(3.285)	2	(940)	11.082
Total	27.786	9.632	(12.400)	1.318	(1.004)	25.332

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados a clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 passa a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020 (67.500.665 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2020 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

g) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados.

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Receita bruta:				
Serviços	687	756	1	27.664
Produtos	-	-	2	232
Deduções e impostos incidentes	(89)	(97)	(1)	(3.553)
Receita líquida	598	659	2	24.343

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Receita bruta:				
Serviços	5.862	10.377	3.081	42.444
Produtos	152	152	2	232
Deduções e impostos incidentes	(428)	(686)	(354)	(4.807)
Receita líquida	5.586	9.843	2.729	37.869

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(3.438)	(10.822)	(3.910)	(14.321)
Serviços de terceiros	(3.744)	(8.774)	(4.162)	(13.231)
Utilidades e facilidades	(189)	(319)	(70)	(380)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	110	135	(65)	(384)
Outras despesas	(6.934)	(8.163)	(98)	(681)
Total	(14.195)	(27.943)	(8.305)	(28.997)
Vendas	1	(274)	(39)	(495)
Gerais e administrativas	(12.410)	(23.149)	(6.185)	(22.691)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.786)	(4.520)	(2.081)	(5.811)
Total das despesas por natureza	(14.195)	(27.943)	(8.305)	(28.997)

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(4.599)	(15.182)	(5.259)	(19.018)
Serviços de terceiros	(3.651)	(9.570)	(5.097)	(16.107)
Utilidades e facilidades	(384)	(1.017)	(358)	(1.629)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	110	135	(192)	(343)
Outras despesas	(7.458)	(8.906)	(631)	(2.027)
Total	(15.982)	(34.540)	(11.537)	(39.124)
Vendas	(137)	(617)	(168)	(768)
Gerais e administrativas	(13.832)	(28.759)	(8.978)	(31.624)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(2.013)	(5.164)	(2.391)	(6.732)
Total das despesas por natureza	(15.982)	(34.540)	(11.537)	(39.124)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	-	12	(145)	(5.388)
Transportes e locações	(44)	(192)	(26)	(1.154)
Serviços de terceiros	(373)	(1.069)	(636)	(2.933)
Viagens e locomoção	(25)	(25)	-	(270)
Utilidades e facilidades	(241)	(1.305)	(448)	(1.428)
Mídia e publicidade	6	(38)	(25)	(1.071)
Depreciação e amortização	(990)	(4.386)	(3.588)	(11.449)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(236)	(1.702)	(628)	(2.718)
Custos de produção	(235)	(674)	(600)	(4.118)
Recuperação de custo (i)	-	5.065	-	-
Total	(2.138)	(4.314)	(6.096)	(30.529)

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(110)	(207)	(135)	(5.818)
Transportes e locações	(45)	(193)	(554)	(1.699)
Serviços de terceiros	(1.295)	(2.919)	(2.017)	(7.354)
Viagens e locomoção	(48)	(58)	(145)	(677)
Utilidades e facilidades	(303)	(1.400)	(894)	(3.147)
Mídia e publicidade	(9)	(54)	(134)	(1.372)
Depreciação e amortização	(1.552)	(5.832)	(5.154)	(15.927)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(547)	(2.486)	(842)	(3.847)
Custos de produção	(1.766)	(4.630)	(1.980)	(7.352)
Recuperação de custo ⁽ⁱ⁾	-	5.065	-	-
Total	(5.675)	(12.714)	(11.855)	(47.193)

⁽ⁱ⁾ Efeito do cancelamento do contrato de locação da casa de espetáculos de São Paulo (nota explicativa nº 1.b.i)

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Salários e bonificações	(2.054)	(7.258)	(2.473)	(8.885)
Despesa de férias	(111)	(518)	(213)	(954)
Despesa de 13º salário	(94)	(361)	(167)	(602)
Encargos sociais	(687)	(2.192)	(982)	(3.819)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(471)	(488)	(204)	(690)
Outros benefícios a empregados (i)	(257)	(1.707)	(499)	(2.089)
Total de despesas com benefícios a empregados	(3.674)	(12.524)	(4.538)	(17.039)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(236)	(1.702)	(628)	(2.718)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(3.438)	(10.822)	(3.910)	(14.321)
Total	(3.674)	(12.524)	(4.538)	(17.039)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Salários e bonificações	(3.160)	(10.580)	(3.640)	(13.028)
Despesa de férias	(114)	(521)	(227)	(1.083)
Despesa de 13º salário	(153)	(504)	(237)	(865)
Encargos sociais	(876)	(2.781)	(1.188)	(4.702)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(478)	(516)	(210)	(706)
Outros benefícios a empregados (i)	(365)	(2.766)	(599)	(2.481)
Total de despesas com benefícios a empregados	(5.146)	(17.668)	(6.101)	(22.865)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(547)	(2.486)	(842)	(3.847)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(4.599)	(15.182)	(5.259)	(19.018)
Total	(5.146)	(17.668)	(6.101)	(22.865)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(85)	(97)	(10)	(61)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(2)	(2)	(185)
Juros com debêntures	(2.534)	(6.027)	(1.205)	(4.337)
Outras	(1.285)	(4.879)	(1.623)	(5.547)
Total	(3.905)	(11.005)	(2.840)	(10.130)

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(251)	(471)	(63)	(228)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(157)	(359)	(43)	(528)
Juros com debêntures	(2.534)	(6.027)	(1.205)	(4.337)
Outras	(1.134)	(4.765)	(1.923)	(6.176)
Total	(4.076)	(11.622)	(3.234)	(11.269)

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	113	353
Rendimentos de aplicações financeiras	1.173	3.668	917	2.771
Outras	118	383	140	429
Total	1.291	4.051	1.170	3.553

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Receitas financeiras:				
Juros ativos	478	506	150	668
Rendimentos de aplicações financeiras	643	3.156	1.016	3.143
Outras	61	68	56	113
Total	1.182	3.730	1.222	3.924

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(3.459)	(14.688)	(6.080)	(19.864)
Ativas	6.283	20.792	6.606	18.837
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas (i)	(140)	(361)	(701)	(939)
Ativas	214	435	169	493
Total	2.898	6.178	(6)	(1.473)

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(790)	(7.249)	(2.949)	(7.826)
Ativas	8.680	20.065	1.001	7.047
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(739)	(2.924)	(789)	(1.891)
Ativas	227	612	188	533
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	(2.803)	(8.848)	(671)	(6.572)
Ativas	2.033	5.903	308	2.643
Total	6.608	7.559	(2.912)	(6.066)

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.472)	(4.587)	(2.567)	(4.609)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	20	(1.441)	(297)	(297)
Ganho na alienação de investimentos (ii)	-	-	15.290	15.290
Outras	210	(209)	546	1.264
Total	(6.242)	(6.237)	12.972	11.648

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.883)	(6.940)	(3.304)	(7.730)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	23	(1.438)	(301)	(301)
Ganho na alienação de investimentos (ii)	-	-	15.290	15.290
Outras	181	(295)	736	1.615
Total	(6.679)	(8.673)	12.421	8.874

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
IRPJ e CSLL diferidos	10	150	46	108
Total	10	150	46	108

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Despesa de IRPJ corrente	(74)	(396)	(73)	(721)
Despesa de CSLL corrente	-	-	31	(9)
IRPJ e CSLL diferidos	387	1.981	171	947
Total	313	1.585	129	217

Devido ao prejuízo contábil e fiscal incorrido nos últimos 12 meses, não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do período, exceto pelas controladas na Argentina no total de R\$ 322.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

<u>Controladora</u>	31/12/20	Variação de 01/07/21 a 30/09/21	Variação do período	30/09/21
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	198	-	-	198
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.449	-	-	2.449
Prejuízos fiscais	25.082	-	-	25.082
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	133	10	150	283
Outras provisões	1.610	-	-	1.610
Total do ativo líquido	44.821	10	150	44.971

<u>Consolidado</u>	31/12/20	Variação de 01/07/21 a 30/09/21	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/21
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.290	190	45	117	1.335
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.588	(633)	51	13	2.639
Prejuízos fiscais	25.081	-	-	-	25.081
Base negativa de CSLL	15.349	-	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	134	10	150	-	284
Outras provisões	4.500	1.015	1.403	225	5.903
Total do ativo	48.942	582	1.649	355	50.591
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Outras provisões	(177)	(23)	(23)	-	(200)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(8)	-	-	-	(8)
Total do passivo	(185)	(23)	(23)	-	(208)
Total líquido	48.757	559	1.626	355	50.383

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos anos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

A Companhia também optou por uma adoção conservadora no registro de ativos para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal, a qual mesmo tendo crescido no período de 2020 e 2021, optou por realizar uma redução no registro de imposto diferido no valor de R\$ 13.822. Tal redução se materializa para mantermos registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos e, com a falta de perspectiva a curto prazo para a retomada de atividades e sem projeções de resultados em 2021 devido ao agravamento da COVID-19, optamos pela redução da rubrica mesmo sabendo que tais valores não sofrem prescrição de utilização pela Companhia.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2023	5.098	5.723
2024	5.161	5.786
2025	5.729	6.353
2026	6.978	7.602
a partir de 2027	22.005	25.127
Total	44.971	50.591

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/09/21	31/12/20
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Passivo ao custo amortizado	17	(123.803)	(120.967)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	7	3.113	2.443
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	7	171.780	171.247
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	47.142	42.589
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Passivo ao custo amortizado	13.1	(40.920)	(38.462)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	18.368	25.265
Fornecedores	Valor justo por meio do resultado	16	(11.439)	(7.217)
Total de exposição			64.241	74.898
Efeito no resultado			(733)	(1.653)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/09/21	31/12/20
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Passivo ao custo amortizado	17	(123.803)	(120.967)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	7	9.530	4.627
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	7	191.171	197.287
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	8.020	7.469
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	34.530	34.382
Fornecedores	Valor justo por meio do resultado	16	(34.424)	(22.059)
Total de exposição			85.024	100.739
Efeito no resultado			(114)	4.876

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 3,36% ao ano para a emissão de 2018, repactuada em 2020. (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 7).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia avalia a necessidade de contratação de hedge quando existe risco de exposição à moeda estrangeira com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real, de forma a atender necessidades pontuais de pagamentos de conteúdos estrangeiros.

Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia não possui instrumentos derivativos contratados. Por possuímos ativos e passivos em moedas diferentes de nossa moeda funcional, a exposição contábil e patrimonial a estas oscilações permanecem nas informações trimestrais financeiras.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/09/21	31/12/20	30/09/21	31/12/20
Bancos	Valor justo por meio do resultado	Dólar	3.113	2.443	9.530	4.627
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	7.398	6.691	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.761	4.481	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Passivo ao custo amortizado	Dólar	(39.576)	(37.146)	-	-
Fornecedores	Valor justo por meio do resultado	Dólar	-	-	(545)	(336)
Total de exposição			(24.304)	(23.531)	8.985	4.291

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para moeda nacional em 30 de setembro de 2021 no valor de R\$ 29.917, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, conseqüentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de setembro de 2021 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	30/09/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(123.803)	(135.357)	(137.932)	(140.521)
Aplicações financeiras	dos juros	171.780	195.018	200.821	206.651
Exposição líquida		47.977	59.661	62.889	66.130

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	30/09/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(123.803)	(135.357)	(137.932)	(140.521)
Aplicações financeiras	dos juros	191.171	214.952	220.890	226.856
Exposição líquida		67.368	79.595	82.958	86.335

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$ 11.684 na controladora e de R\$ 12.227 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 2% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de setembro de 2021.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 14.912 na controladora e de R\$ 15.590 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 18.153 na controladora e de R\$ 18.967 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de setembro de 2021 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	30/09/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	3.113	2.976	3.720	4.464
Exposição líquida		3.113	2.976	3.720	4.464

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	30/09/21	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	9.530	9.111	11.388	13.666
Fornecedores	Aumento	(545)	(521)	(651)	(782)
Exposição líquida		8.985	8.590	10.737	12.884

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$ 137 e de R\$ 395 na controladora e consolidado, respectivamente nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 607 e R\$ 1.752 na controladora e consolidado, respectivamente.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 1.351 e R\$ 3.899 na controladora e consolidado, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/09/21	31/12/20
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	40.000	40.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	36.183	123.064
		76.183	163.064

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 154.964.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos judiciais contra a Inspiração é de R\$ 45.077 para 30 de setembro de 2021 (R\$ 40.363 em 31 de dezembro de 2020).

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 10 de agosto de 2020, os programas de outorga de ações restritas a serem celebrados entre a Companhia e seus Diretores, em conformidade com o Plano de Outorga de Ações aprovado na assembleia geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 22 de julho de 2020 ("Plano de Outorga de Ações"), outorgando aos Diretores direito ao recebimento de Ações Restritas, conforme definido no Plano de Outorgada de Ações. Os programas ora aprovados têm o objetivo de alinhamento entre os interesses dos membros da Administração e os interesses da Companhia e o estímulo da sua permanência. O número de Ações Restritas atribuídas aos Diretores respeitará o limite máximo de 10% (dez por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Outorga de Ações.

Para o plano de Ações Restritas foram consideradas as premissas abaixo:

Datas de outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes	Valor justo (R\$)	Vida remanescente (anos)
05 de agosto de 2019	De 1 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	143.439	3,51 a 6,59	0,6 a 5

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de setembro de 2021 e de 2020.

Consolidado				
30/09/21				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	1.718	7.904	221	9.843
Custos	(854)	(11.860)	-	(12.714)
Lucro bruto	864	(3.956)	221	(2.871)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(7.078)	(11.264)	-	(18.342)
	(6.214)	(15.220)	221	(21.213)
Despesas administrativas				(24.871)
Resultado financeiro				(333)
Prejuízo antes dos impostos				(46.417)

Consolidado				
30/09/20				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio	Total
Receita líquida	7.462	13.896	16.511	37.869
Custos	(15.773)	(31.420)	-	(47.193)
Lucro bruto	(8.311)	(17.524)	16.511	(9.324)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.831)	(7.530)	-	(13.361)
	(14.142)	(25.054)	16.511	(22.685)
Despesas administrativas				(16.889)
Resultado financeiro				(13.411)
Prejuízo antes dos impostos				(52.985)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Receita líquida				
Argentina	3.560	5.618	786	8.871
Brasil	1.655	2.780	1.926	27.867
Chile	371	1.445	17	1.131
	5.586	9.843	2.729	37.869
Lucro (prejuízo) bruto				
Argentina	(7.002)	1.214	(325)	2.120
Brasil	(1.421)	(3.873)	(8.694)	(11.517)
Chile	8.334	(212)	(107)	73
	(89)	(2.871)	(9.126)	(9.324)
Prejuízo operacional antes dos impostos				
Argentina	(959)	(9.272)	(3.405)	(7.996)
Brasil	(21.662)	(39.888)	(8.136)	(45.134)
Chile	4.231	4.083	(1.559)	964
Peru	(666)	(1.386)	(87)	(889)
USA	20	46	21	70
	(19.036)	(46.417)	(13.166)	(52.985)

35. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	01/07/21 a 30/09/21	01/01/21 a 30/09/21	01/07/20 a 30/09/20	01/01/20 a 30/09/20
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(18.515)	(43.818)	(12.558)	(51.831)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	67.412.629	67.412.629	67.369.962	67.369.962
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação	67.412.629	67.412.629	67.471.213	67.471.213
Prejuízo básico por ação - em reais	(0,2747)	(0,6500)	(0,1864)	(0,7693)
Prejuízo diluído por ação - em reais	(0,2747)	(0,6500)	(0,1861)	(0,7682)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

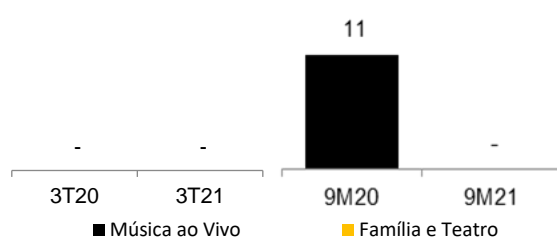
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 09 de novembro de 2021.

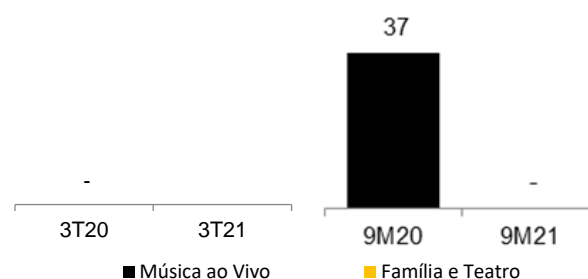
Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais

Nº Eventos



Ingressos (000)



Em virtude das restrições impostas ao nosso setor para conter os impactos da pandemia do COVID-19, continuamos não promovendo nenhum evento de Música ao Vivo nos terceiros trimestres, tanto do ano de 2020 quanto de 2021.

Já em família e teatro, o musical “Charlie e a Fantástica Fábrica de Chocolate” está em cartaz no Teatro Renault em São Paulo. Entretanto, por se tratar de uma produção terceira, não contabilizamos nesse indicador.

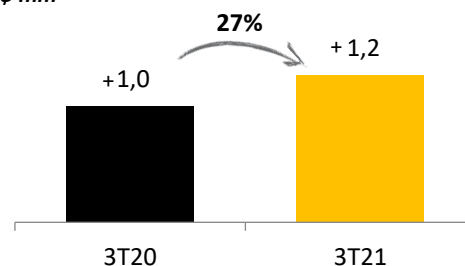
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	3T21	Var. %
Promoção de Eventos	7,5	1,7	-77%	1,0	1,2	27%
Música ao Vivo	5,9	1,4	-76%	-	0,9	n.a.
Eventos Família e Teatro	(0,0)	0,3	n.a.	-	0,3	n.a.
Eventos Esportivos	1,6	-	-100%	1,0	-	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	13,9	7,9	-43%	1,0	4,2	323%
Patrocínio	16,5	0,2	-99%	0,8	0,1	-82%
Promoção de Eventos	13,5	0,2	-98%	0,8	0,1	-82%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	3,0	-	-100%	-	-	n.a.
TOTAL	37,9	9,8	-74%	2,7	5,6	105%
Número de Eventos	11	-	-100%	-	-	n.a.
Ingressos Vendidos (000)	37	-	-100%	-	-	n.a.
Preço Médio por Ingresso (R\$)	169	-	-100%	-	-	n.a.

Em receita líquida total, a companhia atingiu R\$ 5,6 milhões no 3T21, aumento de 105% quando comparado ao mesmo período no ano anterior, com o valor de R\$ 2,7 milhões.

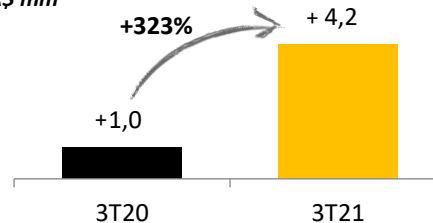
A receita líquida de Promoção de Eventos do período foi de R\$1,2 milhão, composto de receitas provenientes do funcionamento dos nossos teatros em São Paulo e Buenos Aires que estavam impedidos de operar no mesmo período de 2020. Essa receita foi 27% maior que o registrado no 3T20, quando tivemos somente a promoção de duas etapas da Stock Car, antes da alienação da Vicar.

Promoção de Eventos R\$ mm



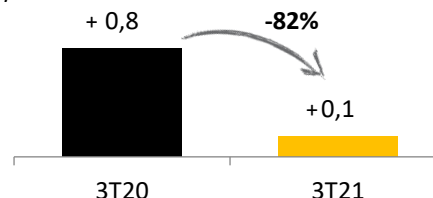
A receita líquida de Operações de Bilheteria, A&B e Venues teve aumento de 323% no 3T21 em relação ao 3T20, sendo R\$4,2 milhões contra R\$1,0 milhão no ano anterior. Com o relaxamento das restrições em todas as geografias que atuamos, obtivemos um número maior de eventos. Conseqüentemente, a INTI registrou R\$ 1,5 milhão de receita, enquanto nossas operações *offshore* registraram R\$2,6 milhões de receita, majoritariamente advinda da Argentina, com a reabertura do teatro em julho.

Operação de Bilheteria, A&B e Venues R\$ mm



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$ 0,1 milhão, proveniente também da Argentina, com redução de 81% do valor do ano anterior com a paralização de todos os contratos pela impossibilidade de promover eventos no período. No 3T20 tivemos R\$ 0,8 milhão de receita, proveniente da promoção das etapas da Stock Car.

Patrocínios R\$ mm



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	3T21	Var. %
Receita Líquida	37,9	9,8	-74%	2,7	5,6	105%
Custo	(47,2)	(12,7)	73%	(11,9)	(5,7)	52%
Lucro Bruto	(9,3)	(2,9)	69%	(9,1)	(0,1)	99%
<i>Margem Bruta (%)</i>	-25%	-29%	-4,5 p.p.	-335%	-2%	332,9 p.p.
Promoção de Eventos	(8,3)	0,9	110%	(2,3)	1,5	164%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	(17,5)	(4,0)	77%	(7,6)	(1,7)	77%
Patrocínio	16,5	0,2	-99%	0,8	0,1	-81%

No 3T21, o lucro bruto foi negativo em R\$ 0,1 milhão *versus* R\$ 9,1 milhões, também negativos, no 3T20.

A variação positiva de 99% no terceiro trimestre de 2021 se deve à volta do funcionamento dos teatros na Argentina e Brasil, gerando a melhora no resultado do indicador Promoção de Eventos. Outro fator determinante foi a entrega das casas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ocasionando a diminuição de 77% dos prejuízos na Operação de Bilheteria A&B e Venues, quando analisamos o mesmo período no ano anterior.

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	3T21	Var. %
Vendas	(0,8)	(0,6)	20%	(0,2)	(0,1)	18%
Gerais e Administrativas	(31,6)	(28,8)	9%	(9,0)	(13,8)	-54%
Remuneração dos Administradores	(6,7)	(5,2)	23%	(2,4)	(2,0)	16%
SG&A	(39,1)	(34,5)	12%	(11,5)	(16,0)	-39%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>103%</i>	<i>351%</i>	<i>247,6 p.p.</i>	<i>423%</i>	<i>286%</i>	<i>-136,6 p.p.</i>
Outras receitas (despesas) operacionais	8,9	(8,7)	-198%	12,4	(6,7)	-154%
Total	(30,3)	(43,2)	-43%	0,9	(22,7)	n.a.
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>80%</i>	<i>439%</i>	<i>359,1 p.p.</i>	<i>-32%</i>	<i>406%</i>	<i>438,4 p.p.</i>

O SG&A teve aumento de 39% versus o 3T20, apresentando R\$ 16,0 milhões e R\$ 11,5 milhões, respectivamente nos trimestres citados.

Com o expurgo de R\$ 6,9 milhões, sendo R\$ 5,1 milhões da entrega da casa de espetáculos de SP, somados à R\$ 1,8 milhão da alienação da Vicar, esse indicador totaliza R\$ 9,1 milhões. A queda desse valor deve-se a: (i) redução de 36% da estrutura de pessoal no Brasil durante o 1T21 (adicional à redução de 45% feita no 1T20), com o advento da nova onda de infecções por COVID-19; (ii) implantação de plano de demissão voluntária na Argentina em fevereiro de 2021, dada a proibição de se fazer demissões no país, reduzindo em 25% a estrutura local; e (iii) renegociação de todos os contratos de prestação de serviços, resultando na diminuição, cancelamento ou suspensão destes.

O total das Outras receitas (despesas) operacionais foi negativo em R\$6,7 milhões no 3T21, composto principalmente por provisões para contingência e resultados de processos judiciais, majoritariamente composto por uma demanda tributária, renegociada no advento do PERSE. A reversão do resultado positivo para negativo nesse trimestre deve-se a eventos não-recorrentes: (i) resultado positivo de R\$15,3 milhões relacionados a venda da Vicar no terceiro trimestre de 2020 e; (ii) R\$ 6,9 milhões negativos referentes a condenações e provisões de contingências para riscos tributários, cíveis e trabalhistas a renegociação no terceiro trimestre de 2021.

EBITDA e EBITDA Ajustado

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	3T21	Var. %
Lucro Líquido (Prejuízo)	(52,8)	(44,8)	15%	(13,0)	(18,7)	-44%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,2)	(1,6)	-630%	(0,1)	(0,3)	-143%
(+) Resultado Financeiro Líquido	13,4	0,3	-98%	4,9	(3,7)	-175%
(+) Depreciação	15,9	0,6	-96%	5,2	1,5	-70%
=EBITDA	(23,6)	(45,5)	-92%	(3,1)	(21,2)	-587%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-62%</i>	<i>-462%</i>	<i>-399,9 p.p.</i>	<i>-113%</i>	<i>-380%</i>	<i>-266,8 p.p.</i>
(+) Condenações e provisões de contingência	6,3	6,9	10%	3,0	6,9	129%
(+) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	-	7,5	n.a.	-	5,1	n.a.
(-) Ganho na alienação de investimentos	(15,3)	1,8	112%	(15,3)	1,8	112%
EBITDA Ajustado (excl. efeitos não-recorrentes)	(32,6)	(29,2)	11%	(15,4)	(7,4)	52%
<i>Margem EBITDA ajustada (excl. efeitos não-recorrentes)</i>	<i>-86%</i>	<i>-297%</i>	<i>-210,5 p.p.</i>	<i>-564%</i>	<i>-133%</i>	<i>430,6 p.p.</i>

O EBITDA ficou negativo em R\$21,2 milhões na visão contábil, com variação negativa de 587% dos R\$3,1 milhões negativos do mesmo período no ano anterior. Ressaltamos aqui que os fatores pontuais do trimestre distorcem a comparabilidade, sendo necessária a análise do EBITDA Ajustado, que elimina os efeitos não-recorrentes do resultado.

Eliminando os fatores citados acima, temos na visão ajustada, uma melhor comparabilidade. Deste ponto de vista, o 3T21 registrou R\$ 7,4 milhões negativos, contra os R\$ 15,4 milhões também negativos do mesmo trimestre de 2020, sendo esse resultado, o melhor EBITDA Ajustado desde o início das restrições da pandemia. Esta melhora se deve a: (i) lucro bruto melhor que o ano anterior devido, principalmente, ao menor nível de custos fixos após a devolução das casas de espetáculo e ao retorno parcial das atividades da companhia, e; (ii) redução no SG&A, com as ações implementadas para controle do caixa.

Na visão ajustada, excluem-se : (i) resultado negativo de R\$6,9 milhões referente a acordos, decisões judiciais e provisões de contingência, reconhecidos nas “Despesas Gerais e Administrativas”; (ii) R\$5,1 milhões referentes à baixa de contas a receber remanescente do contrato da casa de espetáculos de SP, cujo as atividades foram encerradas em março de 2021; (iii) R\$ 1,8 milhão de perda devido a ajuste no valor recebido na última parcela da venda da Vicar, promotora da Stock Car. Novamente, registramos o melhor resultado em 3T21 na versão ajustada desde 1T20 quando atingimos o valor de R\$5,1 milhões.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	3T21	Var. %
Receitas Financeiras	3,9	3,7	-5%	1,2	1,2	-3%
Juros Ativos	0,7	0,5	-24%	0,2	0,5	219%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3,1	3,2	0%	1,0	0,6	-37%
Outros	0,1	0,1	-40%	0,1	0,1	9%
Despesas Financeiras	(11,3)	(11,6)	-3%	(3,2)	(4,1)	-26%
Juros Passivos	(0,2)	(0,5)	-107%	(0,1)	(0,3)	-298%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(4,3)	(6,0)	-39%	(1,2)	(2,5)	-110%
Impostos sobre Transações Financeiras	(0,5)	(0,4)	32%	(0,0)	(0,2)	-265%
Outros	(6,2)	(4,8)	23%	(1,9)	(1,1)	41%
Receitas - Despesas Financeiras	(7,3)	(7,9)	-7%	(2,0)	(2,9)	-44%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	(6,1)	7,6	225%	(2,9)	6,6	327%
Variação Cambial	(0,8)	12,8	n.a.	(1,9)	7,9	505%
Variação Monetária	(1,4)	(2,3)	-70%	(0,6)	(0,5)	15%
Variação Hiperinflação	(3,9)	(2,9)	25%	(0,4)	(0,8)	-112%
Resultado Financeiro Líquido	(13,4)	(0,3)	98%	(4,9)	3,7	175%

No 3T21, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$ 3,7 milhões, 175% melhor que o registrado no 3T20, negativo em R\$4,9 milhões. Esta variação é composta principalmente por:

- (i) Variação Cambial, Monetária e Hiperinflacionária no valor R\$ 6,6 milhões, número melhor em relação ao 3T20, resultado da variação percentual de 9,6% do valor do dólar no período em 30 junho de 2021, com valor de R\$4,97, até 30 de setembro de 2021, com valor final de R\$ 5,45.
- (ii) Juros sobre debêntures maiores em R\$2,5 milhões, resultado do aumento da taxa básica de juros, SELIC, em 4,25 p.p., indo de 2,0 % a.a. no final do 3T20 para 6,25 % a.a. no final do 3T21, somado ao maior custo das debêntures com o seu reperfilamento em novembro de 2020.

Lucro Líquido (Prejuízo)

Lucro Líquido (Prejuízo) (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	3T21	Var. %
Resultado Antes de Impostos	(53,0)	(46,4)	12%	(13,2)	(19,0)	-45%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(0,7)	(0,4)	46%	(0,0)	(0,1)	-76%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	0,9	2,0	109%	0,2	0,4	126%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(52,8)	(44,8)	15%	(13,0)	(18,7)	-44%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-139%</i>	<i>-455%</i>	<i>-316,1 p.p.</i>	<i>-478%</i>	<i>-335%</i>	<i>142,5 p.p.</i>
(-) Condenações e provisões de contingência	6,3	9,0	42%	3,0	6,9	129%
(+) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	-	7,5	n.a.	-	5,1	n.a.
(-) Ganho na alienação de investimentos	(15,3)	1,8	112%	(15,3)	1,8	112%
(-) Baixa de Passivo de Arrendamento	-	(4,9)	n.a.	-	-	n.a.
Lucro Líquido (Prejuízo) (excl. efeitos não-recorrentes)	(61,8)	(31,4)	49%	(25,3)	(4,9)	81%
<i>Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	<i>-163%</i>	<i>-319%</i>	<i>-155,9 p.p.</i>	<i>-928%</i>	<i>-88%</i>	<i>839,9 p.p.</i>

Como resultado dos efeitos mencionados anteriormente, o prejuízo líquido do 3T21 foi de R\$18,7 milhões, 44% maior que o valor contabilizado no 3T20. Destacamos que os fatores pontuais do trimestre distorcem a comparabilidade, sendo necessária a análise do Lucro Líquido Ajustado, que elimina os efeitos não-recorrentes do resultado.

Com a exclusão desses fatores, obtém-se um número mais justo: O prejuízo líquido ajustado foi de R\$4,9 milhões no 3T21, 81% melhor que o prejuízo de R\$25,3 milhões registrado no 3T20. Importante salientar que as ações implementadas durante esse período estão evidenciadas no acumulado de 9M21.

Os ajustes realizados foram de: (i) R\$6,9 milhões referente a acordos, decisões judiciais e provisões de contingência, reconhecidos nas “Despesas Gerais e Administrativas”; (ii) R\$5,1 milhões referentes à baixa de contas a receber remanescente do contrato da casa de espetáculos de SP, cujo as atividades foram encerradas em março de 2021; (iii) R\$ 1,8 milhão de perda devido a ajuste no valor recebido na última parcela da venda da Vicar, promotora da Stock Car.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	3T20	2T21	3T21	Var. % (3T21/3T20)	Var. % (3T21/2T21)
Ativo Circulante	150,4	105,6	104,1	-31%	-1%
Contas a Receber	31,3	28,1	34,5	10%	23%
Estoques	1,0	0,8	1,0	-4%	16%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	71,2	32,9	33,2	-53%	1%
Imposto a Recuperar	24,2	30,9	31,0	28%	0,4%
Outras contas a receber	22,7	12,8	4,4	-81%	-66%
Passivo Circulante	178,7	161,9	177,0	-1%	9%
Fornecedores	34,1	22,2	34,4	1%	55%
Adiantamento de Clientes	134,6	131,9	130,9	-3%	-1%
Salários, provisões e contribuições sociais	4,0	1,3	1,7	-57%	33%
Impostos e contribuições a recolher	2,4	1,8	2,2	-8%	25%
Outras obrigações	3,6	4,8	7,7	117%	62%
Capital de Giro	(28,3)	(56,3)	(72,9)	-158%	-29%

O capital de giro ficou negativo em R\$72,9 milhões *versus* R\$56,3 milhões também negativos no 2T21, resultando em uma variação de R\$16,6 milhões. Isto deve-se majoritariamente a: (i) o aumento no indicador Contas a Receber em R\$6,4 milhões, devido ao retorno das operações em todas as geografias que atuamos; (ii) R\$ 8,4 milhões de diminuição em Outras Contas a Receber, refletindo o recebimento da última parcela da

venda da Vicar; (iii) aumento do valor de Fornecedores no Passivo Circulante, também como resultado do retorno das nossas operações.

No nosso modelo de negócios, o capital de giro em patamar negativo é inerente, uma vez que vendemos ingressos antecipadamente, bem como recebemos antecipadamente alguns patrocínios (registrados em Adiantamentos de Clientes), ao passo que a maior parte dos pagamentos a fornecedores relacionados aos conteúdos que promovemos são registrados na rubrica de Custos Antecipados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	9M20	9M21	Var. %	3T20	2T21	3T21	Var. % (3T21/3T20)	Var. % (3T21/2T21)
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP) ⁽²⁾	209,7	201,9	-4%	217,9	205,0	194,4	-11%	-5%
Fluxo de Caixa Operacional	(15,7)	(14,3)	9%	(19,5)	(4,3)	(5,6)	71%	-30%
Fluxo de Caixa de Investimento	8,7	5,0	-43%	9,3	(1,2)	6,7	-27%	663%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(10,4)	(6,0)	42%	(0,7)	(3,0)	(1,0)	-34%	67%
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	19,5	14,1	-28%	4,8	(2,0)	6,2	28%	404%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	2,1	(1,2)	-158%	(6,2)	(10,6)	6,3	202%	160%
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	211,7	200,7	-5%	211,7	194,4	200,7	-5%	3%
Empréstimos e Financiamentos - CP	50,1	23,8	-52%	50,1	21,7	23,8	-52%	10%
Passivo de Arrendamento - CP	20,3	5,1	-75%	20,3	4,4	5,1	-75%	16%
Empréstimos e Financiamentos - LP	72,0	100,0	39%	72,0	100,0	100,0	39%	0%
Passivo de Arrendamento - LP	18,5	6,5	-65%	18,5	7,2	6,5	-65%	-10%
Endividamento Total	160,9	135,4	-16%	160,9	133,3	135,4	-16%	2%
Caixa (Dívida) Líquido	50,9	65,3	28%	50,9	61,1	65,3	28%	7%
Caixa (Dívida) Líquido de dívida financeira	89,7	76,9	-14%	89,7	72,7	76,9	-14%	6%

(2) Até o 3T20, a empresa possuía saldo de aplicações no valor de R\$5,0 milhões, cujo resgate no 4T20 impactou o Fluxo de Caixa de Investimentos apresentada nas Demonstrações Financeiras, porém gerencialmente sem efeito para este fluxo de caixa.

Encerramos o 3T21 com R\$200,7 milhões em caixa, versus R\$ 194,4 milhões no 2T21 e R\$211,7 milhões no 3T20. Os principais efeitos no Fluxo de Caixa foram:

- **Fluxo de Caixa Operacional:** O aumento de R\$ 1,3 milhão no Consumo de caixa Operacional do período se deve ao efeito pontual da devolução de valores para distrato de contratos remanescentes da casa de espetáculos de São Paulo. Se desconsiderado esse efeito, o Fluxo de Caixa Operacional do período ficaria próximo a zero, em decorrência da retomada dos eventos;
- **Fluxo de Caixa de Investimentos:** O Fluxo de Caixa de Investimentos foi positivo no trimestre devido ao recebimento da última parcela da venda da Vicar, somada aos investimentos em software de gestão e evolução da ticketeira INTI, em linha com os trimestres anteriores.
- **Fluxo de Caixa de Financiamento:** O Fluxo de Caixa de Financiamento desse trimestre é composto em grande parte pelo pagamento de passivos de juros de arrendamento, não havendo pagamento de juros de debentures, que são desembolsados junto com a amortização do principal, em maio e novembro de cada ano.
- Por fim, registrou-se **variação cambial** registrada em R\$6,2 milhões positivos é fruto da valorização dos investimentos e das disponibilidades em moeda estrangeira no trimestre, com a variação do dólar, citada anteriormente.

Conforme exposto nos trimestres anteriores, em 17 de março de 2021, a Lei 14.046, originalmente aprovada em 24 de agosto de 2020, foi reeditada. Esta lei que estabelece, dentre outros efeitos, a não devolução dos valores dos ingressos de shows adiados ou cancelados, tendo em vista que serão convertidos em crédito para utilização posterior em outros eventos da Companhia. Com a sua reedição, a lei se aplica aos eventos adiados ou cancelados até 31 de dezembro de 2021, podendo seus créditos serem utilizados até 31 de dezembro de 2022. Com o retorno das operações, os créditos gerados pelos clientes passarão a ser utilizados nos novos conteúdos anunciados.

Adicionalmente, em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Especial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, que reuniu um conjunto de medidas para apoiar a retomada do setor, dentre elas a isenção de tributos federais por tempo determinado e a possibilidade de regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo assim a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de COVID-19. Conforme citado anteriormente, a renegociação referente a passivos fiscais no âmbito do PERSE é de R\$3,3 milhões.

As leis mencionadas acima, somadas às demais ações tomadas pela Companhia para a preservação do seu caixa, contribuem para a preservação da nossa posição de caixa, trazendo mais segurança para atravessar esse momento turbulento e permitindo a implementação das ações traçadas no nosso planejamento estratégico.

Com isso, encerramos o 3T21 com: (i) Consumo de Caixa Operacional de R\$ 1,3 milhão, devido principalmente ao efeito pontual da devolução de valores para distrato de contratos remanescentes da casa de espetáculos de São Paulo; (ii) Fluxo de Caixa de Investimentos positivo em R\$6,7 milhões, devido ao recebimento da última parcela da venda da Vicar, e; (iii) Fluxo de Caixa de Financiamento de R\$5,2 milhões, composto em grande parte pelo pagamento de passivos de juros de arrendamento, não havendo pagamento de juros de debentures.

Pipeline de Eventos

Com o avanço da vacinação e flexibilização das medidas restritivas, estamos retomando o anúncio dos nossos conteúdos, visando a retomada das nossas operações em capacidade total em 2022

Com essa perspectiva, anunciamos no final de outubro, o *line-up* da 9ª edição do Lollapalooza Brasil, com reinício das vendas em 18 de novembro desse ano. Após o adiamento em 2020 e o reagendamento em 2021, o festival volta a acontecer em março de 2022, atendendo à demanda reprimida do nosso público em consumir música ao vivo. Nessa edição, cerca de 70 artistas, dos quais destacamos: Miley Cyrus, The Strokes, Foo Fighters, A\$AP Rocky, Doja Cat, Alessia Cara, Pablo Vittar, Detonautas, Alok e Alessio, entre outros artistas nacionais e internacionais.

Nas produções teatrais, destacamos aqui o sucesso de público do musical “Charlie e a Fantástica Fábrica de Chocolate”. Sendo uma produção terceira, a peça que acontece no Teatro Renault foi assistida por mais de 40 mil espectadores, somados até o final de outubro. Em relação a promoção teatrais promovidas pela T4F, o musical Família Adams segue em fase de produção, conforme o cronograma da companhia, com previsão de estreia no primeiro trimestre de 2022.

Seguimos em constante contato com artistas nacionais e internacionais para recompor e expandir nosso pipeline de eventos. Com o avanço dos números da pandemia, verificamos maior disponibilidade de artistas para se apresentarem na América do Sul.

Esperamos em breve anunciar novos conteúdos para ano de 2022.